

DESPACHO N.º 56/2016 DO REITOR DO ISCTE-IUL

Normas sobre o processo de eleição e atribuição de competências do Delegado de turma

As presentes normas regulam o processo de eleição e de atribuição de competências, mandato e benefícios dos Delegados de turma dos cursos de 1.º e 2.º ciclo.

I. Requisitos

- 1) Pode ser eleito Delegado de turma qualquer aluno do respetivo ano curricular. Contudo, deverá preferencialmente, estar inscrito em, pelo menos, 18 ECTS do ano curricular;
- 2) Em cada turma, deverá ser igualmente eleito um Subdelegado, preferencialmente inscrito em, pelo menos, 18 ECTS do respetivo ano curricular.

II. Eleição

- 1) O Delegado de turma e Subdelegado são eleitos por todos os alunos da turma do respetivo ano curricular presentes no momento da eleição;
- 2) A eleição deverá ocorrer em reunião especialmente realizada para o efeito, devidamente publicitada pelo Coordenador de Ano, e a ocorrer impreterivelmente até à terceira semana a contar da data do início das aulas do 1.º semestre;
- 3) O resultado da eleição deve ser comunicado até ao final da terceira semana a contar da data do início das aulas do 1.º semestre ao secretariado da Escola, em documento assinado pelos alunos presentes, o qual será reencaminhado para o Coordenador de Ano e Diretor de Curso.

III. Mandato

- 1) O mandato de Delegado e de Subdelegado de turma é anual;
- 2) Em caso de renúncia do próprio ou exoneração pela turma, em reunião especialmente realizada para o efeito, haverá lugar a uma nova eleição, no prazo máximo de duas semanas letivas. Em caso de exoneração ou renúncia do Delegado, o Subdelegado substitui provisoriamente o delegado até a realização de novas eleições.
- 3) As alterações deverão ser comunicadas nos moldes indicados no ponto anterior.

IV. Atribuições do Delegado de Turma

- 1) Ao Delegado de turma compete, em geral, assegurar a comunicação entre a turma e os docentes, o Coordenador de ano e o Diretor de Curso;
- 2) Especificamente, compete ao Delegado de turma e ao Subdelegado, o seguinte:

- a) Preparar, convocar e coordenar as sessões de Monitorização Intercalar¹ em cada unidade curricular (UC) do respetivo ano curricular entre a 4.^a e a 5.^a semana de aulas de cada semestre;
 - b) Submeter até 48 horas antes do Conselho de Ano, os resultados da Monitorização intercalar na plataforma I-MERITUS, assegurando-se de que as informações submetidas refletem de forma fidedigna e responsável os pontos de vista dos alunos da turma, com salvaguarda do respeito devido aos docentes em causa;
 - c) Participar nas reuniões de Conselho de ano, clarificando aspetos da Monitorização intercalar e, caso seja aplicável, contribuindo para a definição das datas para as avaliações;
 - d) Apresentar aos docentes coordenadores das unidades curriculares, após ouvida a turma, todas as questões relativas ao funcionamento da UC que sejam consideradas relevantes;
 - e) Prestar apoio a alunos de outros cursos do ISCTE-IUL ou de Erasmus inscritos nas unidades curriculares do curso;
 - f) No caso do 1.^o ano, prestar apoio aos alunos que integram os cursos na 2.^a e 3.^a fases de colocação;
 - g) Colaborar com os Delegados das turmas dos restantes anos curriculares do Curso sempre que necessário, nomeadamente com o fim de evitar sobreposições de datas de avaliações;
 - h) Encontrar estratégias para recolher a informação necessária à monitorização intercalar nas UCs em que não está inscrito;
 - i) Colaborar com os Representantes dos alunos na Comissão Pedagógica da respetiva Escola sempre que necessário;
 - j) Desempenhar as demais funções que lhe foram atribuídas pelos docentes, Coordenador de ano e Diretor de Curso;
- 3) No desempenho das suas funções, o Delegado de turma responde perante os alunos da turma o Coordenador de Ano e o Diretor de Curso;

V. Reconhecimento do exercício de funções enquanto Delegado de turma

- 1) O exercício de funções é reconhecido através da inclusão no suplemento ao diploma, desde que haja evidência empírica de que a sua prestação enquanto Delegado assim o justifica, devendo, para isso, ser ouvido o Coordenador de Ano.
- 2) Aos Delegados de turma aplica-se com as necessárias adaptações o Regulamento de Estudantes com Estatuto Especial do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

¹ A Monitorização Intercalar tem como objetivo detetar anomalias no funcionamento das unidades curriculares, de modo a que se possa proceder a alterações em tempo útil, minimizando ou eliminando assim as consequências negativas de um funcionamento irregular. Considera-se uma anomalia no funcionamento de uma UC qualquer condição que perturbe o seu normal funcionamento.

VI. Entrada em vigor

O presente normativo entra em vigor na data da sua aprovação pelo Reitor.



ISCTE-IUL, 29 de julho de 2016. – O Reitor do ISCTE-IUL, Luís Reto